

## Pendências da Petros

# 120 dias de enrolação!

***Enquanto isso, mais um trabalhador novo perde a vida e deixa sua família sem direito à Petros***

Já se passaram mais de 120 dias desde a assinatura do Acordo Coletivo e os petroleiros continuam sem resolver os problemas do Plano Petros, nem a situação dos trabalhadores sem plano de previdência complementar. Mais de dez mil petroleiros vivem em total insegurança, aguardando há cinco anos a companhia resolver um problema que ela mesma criou ao fechar ilegalmente o Plano Petros. No último dia 31, um dos colegas falecidos no acidente com o avião que fazia a linha Macaé-Rio de Janeiro era um desses trabalhadores sem direito à Petros (leia abaixo).

No dia 21 de março, venceu o se-

gundo prazo requisitado pela Petrobrás para conclusão da negociação das pendências da Petros, sem nenhum avanço no processo de interlocução com os trabalhadores. Em documento enviado à FUP, a empresa informou que “*está finalizando os estudos técnicos e financeiros complementares gerados em função dos questionamentos e sugestões levantadas durante o processo de negociação*”.

A última reunião da Comissão que trata das pendências da Petros ocorreu no dia 03 de fevereiro, quando a Petrobrás formalizou sua proposta. Logo em seguida, a FUP apresentou

uma contraproposta à companhia, que até hoje não foi respondida. A empresa teve tempo mais do que suficiente para se posicionar. Já chegamos ao dobro do tempo estabelecido no ACT para conclusão das negociações e os petroleiros não aceitarão ser enrolados e muito menos enganados.

A FUP exige um desfecho imediato deste processo, pois não permitirá que a negociação embole com a agenda do PCAC. A Federação discutirá esta semana com os sindicatos um calendário de mobilizações, inclusive uma paralisação, caso a Petrobrás não resolva de uma vez por todas esta questão.

## Sem plano até quando?

Desde que o Plano Petros foi ilegalmente fechado em 2001, a Petrobrás realizou vários concursos públicos, admitiu milhares de petroleiros e trouxe de volta à empresa cerca de 1.200 anistiados. Mesmo diante de um contingente cada vez maior de trabalhadores sem Petros, a companhia não foi capaz de resolver o problema que ela mesma criou.

Desde o início, a FUP intervém para garantir o direito desses petroleiros. Além de ações judiciais e gestões junto aos órgãos governamentais, a Federação abriu várias frentes de negociação com a Petrobrás e implementou campanhas e mobilizações pela inclusão dos trabalhadores no Plano Petros. O movimento sindical tem também denunciado sistematicamente a insegurança em que vivem esses petroleiros, diariamente expostos a riscos e insalubridades, sem direito à proteção previdenciária dos de-

mais trabalhadores da empresa.

Foi o que aconteceu com o engenheiro Márcio de Castro Pereira, 27 anos, um dos colegas falecidos no acidente com o avião bimotor que saiu de Macaé no dia 31 de março. Como foi admitido em 2002, sem direito à Petros, sua família contará apenas com o seguro pago pela Petrobrás, quando deveria ter também a suplementação da pensão. O mesmo drama vivem as famílias de três outros petroleiros que faleceram sem direito à Petros.

Também este ano, no início de fevereiro, um operador da Reduc sem

direito à Petros sofreu um acidente e teve que se submeter a um transplante de córnea, correndo o risco de perder a visão e ter que se aposentar por invalidez. Neste caso, ele só contaria com a cobertura do INSS. Situação similar vivem os mais de 1.500 trabalhadores da Petrobrás Transporte, cujo plano de Contribuição Definida não tem qualquer garantia previdenciária.

Os petroleiros não conseguem entender como que a Petrobrás até hoje não resolveu uma questão tão séria como esta, onde todos estão expostos: os trabalhadores e a própria empresa.

### ***Mensagem enviada à FUP pelos colegas de Márcio***

“Engenheiro de petróleo, Márcio trabalhava no Cenpes. Com apenas 27 anos, certamente teria um grande futuro na empresa. Já havia feito missões ao exterior e estava com mestrado praticamente garantido. Mas o fato é que de concreto mesmo só temos a lamentar a

ausência de Márcio e rezar pela sua família, que além de conviver com a perda terá que sobreviver sem o benefício complementar da PETROS, já que era um dos milhares de colegas “novos” que a empresa tem contratado de forma discriminatória nos últimos anos”.

# Trabalhador terceirizado da Petrobrás morre em acidente na Colômbia

**Desde 2002, acidentes em unidades internacionais da companhia causaram a morte de 16 trabalhadores. Todos terceirizados**

Um eletricista que prestava serviços para a Petrobrás no ativo da companhia denominado Isla 3, no Campo de Guando, na Colômbia, faleceu no último dia 26, vítima de queimaduras sofridas durante um acidente de trabalho no dia 16 de março. Ele trabalhava para a empresa Mecanicos Associados e fazia uma operação no sistema de geração central de energia elétrica do campo, quando ocorreu uma explosão, seguida de descarga elétrica.

Foi o segundo acidente fatal registrado este ano em unidades internacionais da Petrobrás. Em janeiro, um outro trabalhador contratado pela empresa perdeu a vida durante uma operação de sonda na Venezuela. Nos

últimos cinco anos, 16 trabalhadores morreram em acidentes ocorridos em unidades da Petrobrás na América Latina. Todos eles, terceirizados.

Na reunião da Comissão de SMS, no início de março, a FUP cobrou da Petrobrás uma política integrada para todos os trabalhadores - próprios e terceirizados - inclusive, nas áreas internacionais. A Federação também está participando da criação de uma rede internacional de trabalhadores da Petrobrás para garantir condições básicas de trabalho, segurança e respeito ao meio ambiente nas unidades da empresa da América Latina e Caribe.

**Acidente na P-07** - O Sindipetro-NF está apurando o acidente ocorrido com o petroleiro Vlaleivan de Jesus, da Odebrecht, internado em estado grave desde o dia 29, quando desembarcou da plataforma P-07, com sérias lesões abdominais. O acidente não foi comunicado ao sindicato pela Petrobrás.

## Vitória dos trabalhadores: Petrobrás diz não à Braskem

No dia 31 de março, a Petroquisa anunciou a decisão de não aumentar a sua participação no capital da Braskem. A subsidiária da Petrobrás tem hoje 10,02% do capital votante da empresa e 8,45% do capital total. O processo de negociação, que estava em curso desde junho de 2001, era elevar esta participação na Braskem para 30%. Em troca, a Petroquisa entregaria ao Grupo Odebrecht o controle da Petroquímica Triunfo (empresa que controla no Pólo gaúcho 15,63% da Copesul) e os 40% que a subsidiária detém de participação na Petroquímica Paulínia (SP).

A suspensão da troca de ativos é uma vitória dos trabalhadores, que realizaram diversas mobilizações para impedir a negociação. Através da CUT, CNQ, FUP e sindicatos do ramo químico e petroquímico da Bahia, São Paulo e do Rio Grande do Sul, os trabalhadores denunciaram os prejuízos que a concentração do setor em um

grupo privado causaria à sociedade e ao país. Os dirigentes sindicais participaram de várias audiências com representantes do governo, parlamentares e dirigentes da Petrobrás e da Petroquisa, alertando que uma nova reestruturação no setor petroquímico teria consequências negativas, principalmente para os trabalhadores, como aconteceu em 2001, quando a Braskem foi constituída. Na época, foram extintos mais de dois mil postos de trabalho no Pólo de Camaçari (BA), com reflexos, inclusive, no pólo gaúcho, onde cem trabalhadores chegaram a ser demitidos.

Apesar de aliviados com a decisão da Petroquisa em desistir da negociação com a Braskem, os trabalhadores continuam lutando por mudanças globais na petroquímica brasileira. A principal reivindicação é que a Petrobrás volte a ter um papel de destaque no setor, gerando empregos de qualidade e investindo no desenvolvimento do país.

## CPI dos Correios

### FUP quer esclarecimentos sobre ilações contra a Petros

A Federação encaminhou documento ao Presidente da Petros, Wagner Pinheiro, cobrando esclarecimentos sobre as críticas contra a Fundação que constam no relatório da CPI dos Correios, apresentado dia 30 de março pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR). No último dia 04, a Petros enviou documento ao deputado, onde aponta erros no relatório e apresenta divergências em relação aos fatos apresentados pela CPI.

Segundo nota divulgada pela Petros, a maioria das acusações “não teve substância suficiente para constar do relatório e, nos casos onde a Fundação é citada, há erros crassos de informação ou interpretação”.

No entendimento da FUP, o relatório é contraditório, equivocado e explicitamente tendencioso, já que teve um caráter muito mais político do que técnico. Enquanto por um lado elogia o sistema de controles dos fundos de pensão e a qualidade de gestão dos atuais dirigentes, por outro o relatório sugere investigações de supostas irregularidades cometidas. Já o banqueiro Daniel Dantas, um dos principais financiadores do chamado valerioduto, passou quase que ileso pela CPI. Seu nome praticamente sumiu do relatório apresentado por Serraglio.

A Federação quer ter acesso aos documentos da Petros que comprovam as ilações contra o nosso fundo de pensão para vir a público se manifestar contra mais esse ataque à imagem da Fundação e, conseqüentemente, ao patrimônio dos trabalhadores.